

29 ABR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Nuvens no STJ

Filhos e mulheres de ministros atuam como advogados em processos julgados pela corte, numa prática nociva para a Justiça

Citada com bastante frequência, a frase de um juiz da Suprema Corte americana mesmo assim merece ser lembrada. “A luz do sol é o melhor desinfetante”, dizia Louis Brandeis (1856-1941), talvez sem imaginar quanto da máquina estatal seria necessário expor aos efeitos purificadores da publicidade.

O valor da transparência só fez crescer desde que a tese foi enunciada, uma vez que também se expandiram a abrangência e a complexidade do sistema público.

Some-se a isso a multiplicação dos meios cibernéticos de pesquisa e talvez estejamos vivendo espécie de “crise de transparência”, cujo efeito tende não só a uma purificação de longo prazo mas também a uma intensa — e, espera-se, provisória — sensação de desalento.

Nada se diga (desta vez) a respeito dos políticos brasileiros. Autoridades investigativas e da Justiça têm procurado derrubar e punir os abusos no trato do dinheiro público e as pretensões dos que, no governo ou na oposição, ostentam seu moralismo de fachada.

Devido a esse importante papel no combate à corrupção, as instituições ligadas à esfera do Judiciário têm sido vistas pela população com muito mais respeito do que as associadas aos demais Poderes.

Até mesmo por isso, provoca in-

conformismo e mal-estar a notícia, publicada nesta *Folha*, de que 10 dos 33 ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) têm filhos ou mulheres advogando em causas julgadas pela própria corte.

A suspeição que essa circunstância projeta sobre o STJ não é negligenciável; para a corregedora nacional de Justiça, Nancy Andrighi, trata-se de “uma das mais nocivas práticas existentes” no Judiciário. Torna-se ainda mais grave, naturalmente, quando envolve um dos tribunais mais relevantes do país.

Verdade que resolução do Conselho Nacional de Justiça, reafirmada no novo Código de Processo Civil, proíbe expressamente que magistrados votem em processos de interesse de cônjuges e parentes.

Ainda que a vinculação possa ser indireta num colegiado de 33 membros, abre-se a possibilidade de um cruzamento de favores: o pai de um advogado no processo X vota no julgamento Y, em que milita a esposa de um colega — e este retribui a gentileza.

Constitui-se uma rede de comprometimentos familiares e estamentais, viciando um sistema que deveria ser marcado acima de tudo pelo equilíbrio e pela isonomia.

Talvez seja impossível impedir essa rede de compadrio, pois sempre pode se formar com laços cada vez mais remotos. O mínimo, entretanto, seria um controle mais efetivo quanto a impedimentos diretos, que, hoje, às vezes passam em brancas nuvens no tribunal.

A luz do sol, como se vê, chega em boa hora ao STJ.

29 ABR 2016

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Parentes no STJ

O sistema de controle do STJ pode até ser falho ou ineficiente de modo a permitir que determinados ministros votem nos processos em que atuam seus parentes advogados. Todavia ousou dizer que os referidos advogados têm efetivo controle e conhecimento de que tais processos serão julgados por seus parentes ministros (“Dez ministros do STJ têm parentes que advogam em casos no tribunal”, “Poder”, 28/4).

CARLOS CARMELO BALARÓ, advogado
(São Paulo, SP)

Quanto tempo ainda vai levar para que o Judiciário brasileiro passe a se envergonhar por ser o mais caro, ter 60 dias de férias por ano e desrespeitar a lei que impede o juiz de julgar processos em que o advogado postulante seja seu parente?

MARCELO MELGAÇO (Goiânia, GO)

29 ABR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Cunha recebeu propina, diz ex-vice da Caixa

Fábio Cleto, que foi indicado para o posto pelo deputado, fez a acusação em negociação para delação premiada

Cleto disse que Cunha cobrou R\$ 52 milhões de construtora para liberar verba de FGTS para obra no Rio

AGUIRRE TALENTO
MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

Na negociação para uma delação premiada, o ex-vice presidente da Caixa Econômica Federal Fábio Cleto confirmou a existência de pagamentos de propina a seu padrinho político, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), em troca da liberação de verbas do fundo de investimentos do FGTS.

Indicado ao cargo justamente por Cunha, Cleto passou a negociar uma delação com a PGR (Procuradoria-Geral da República) depois de ter sido alvo de uma operação de busca e apreensão da Polícia Federal, em dezembro, cinco dias depois de ter sido exonerado do cargo.

Caso confirmada sua colaboração, será o sétimo investigado da Operação Lava Jato que acusa Cunha de envolvimento com corrupção.

A Folha apurou com investigadores que Cunha é o principal alvo dos relatos de Cleto, mas também há citações a outros políticos.

As declarações foram dadas em uma fase preliminar da delação. O acordo com a PGR está em fase adiantada de negociações, mas só depois que for assinada com o

procurador-geral da República, Rodrigo Janot, a colaboração será encaminhada ao Supremo para homologação.

Nesses relatos preliminares da colaboração, o ex-vice da Caixa confirmou que houve os pagamentos de propina a Cunha relatados pelos delatores da Carioca Engenharia, Ricardo Pernambuco e Ricardo Pernambuco Júnior.

Segundo os empresários, Cunha cobrou R\$ 52 milhões de propina em troca da liberação de verbas do fundo de investimentos do FGTS para o projeto do Porto Maravilha, do qual a Carioca obteve a concessão em consórcio com as construtoras OAS e Odebrecht. A PGR investigava uma possível ligação de Cleto com o esquema, quando ele entrou em contato em busca da delação.

“O congressista [Cunha] tinha comprovada conexão com Fábio Cleto, então vice-presidente da instituição financeira federal e membro do conselho curador do FGTS”, escreveu Janot em fevereiro, ao abrir um inquérito contra Cunha sobre o caso.

A Folha apurou junto aos investigadores que a possível delação de Cleto também inclui informações sobre contas bancárias no exterior e podem ajudar a equipe de Janot a traçar o caminho do dinheiro da propina pelas obras do Porto Maravilha.

Isso porque os empresários da Carioca Engenharia entregaram extratos de transferências bancárias para contas ligadas a Cunha em bancos cujas sedes são na Suíça, EUA e Israel, mas não deram certeza se elas estavam registradas em nome do deputado.

Procurado, o advogado de Cleto, Adriano Salles Vanni, não quis comentar.

INVESTIGAÇÕES

Segundo na linha sucessória presidencial, Cunha já é alvo de duas denúncias da Operação Lava Jato, nas quais foi acusado do recebimento de propina.

Na primeira denúncia, referente a pagamentos por contratos de navios-sonda da Petrobras, o Supremo aceitou a abertura da ação penal por unanimidade, tornando-o réu. A segunda denúncia se refere ao repasse de propina nas contas na Suíça ligadas a Cunha e familiares.

Além disso, o peemedebista é alvo de outros três inquéritos. Um é o da Carioca Engenharia e outros dois, abertos na semana passada, ainda estão sob sigilo.

CONTINUA

29 ABR 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

OUTRO LADO CUNHA E CLETO NÃO COMENTAM

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, já afirmou anteriormente que não recebeu valores da Carioca Engenharia, mas não quis comentar a delação de Fábio Cleto. "Não conhecemos a delação", disse sua assessoria. O advogado de Cleto, Adriano Salles Vanni, também não quis comentar.

Teori diz que STF vai discutir saída do peemedebista

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki afirmou nesta quinta (28) que vai levar para discussão do plenário a tese de que o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), precisa se afastar do cargo por estar na linha sucessória da Presidência, uma vez que é réu na Lava Jato.

Esse debate vai ocorrer em conjunto com o pedido de afastamento de Cunha do comando da Câmara, que foi apresentado no final do ano passado pela Procuradoria-Geral da República.

Pela Constituição, Cunha é o segundo na linha sucessória da Presidência, substituindo a presidente Dilma Rousseff e o vice, Michel Temer, em caso de afastamento ou ausência dos dois.

A lei, no entanto, diz que o presidente da República não pode exercer o cargo caso seja alvo de denúncia no STF.

Com a proximidade da análise do afastamento de Dilma pelo Senado, Teori afirmou que "o assunto precisa ser examinado".

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

A lição de Erundina ao STF

BRASÍLIA - Em 16 de dezembro do ano passado, o Supremo Tribunal Federal recebeu um pedido para afastar o deputado Eduardo Cunha da presidência da Câmara. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, sustentou que a medida era necessária para proteger a Lava Jato e a "dignidade do Parlamento".

Enquanto fosse mantido no cargo, ele escreveu, Cunha usaria o poder "em benefício próprio e de seu grupo criminoso, com a finalidade de obstruir e tumultuar as investigações criminais existentes contra si". Em 183 páginas e nove anexos, o procurador citou 11 situações concretas em que o deputado teria agido para "destruir provas, pressionar testemunhas e intimidar vítimas".

"É imperioso que a Suprema Corte do Brasil garanta o regular funcionamento das instituições, o que somente será possível se, pelo menos e neste momento, adotada a medida de afastamento do deputado federal Eduardo Cunha", afirmou Janot.

Apesar do pedido de urgência, os juizes do STF saíram de férias sem analisar o documento. Voltaram ao serviço em fevereiro, mas a ação continuou adormecida numa gaveta. Assim permanece há exatos 135 dias.

Enquanto o Supremo lavou as mãos, Cunha recuperou força política ao chefiar o processo de impeachment contra Dilma Rousseff. Conseguiu uma trégua da oposição, que deixou de pedir sua cabeça, e encorajou aliados a articularem uma "anistia" para salvar seu mandato.

Na noite de quarta, o peemedebista retomou a empáfia dos tempos de glória. Derrotado em um debate interno, interrompeu a sessão e forçou o plenário a votar o mesmo tema de novo até reverter o resultado. Assim criou uma Comissão de Mulheres sem ouvir a bancada feminina.

A deputada Luiza Erundina, do PSOL, subiu à mesa da Câmara. Cunha se levantou, e ela se sentou por alguns instantes na cadeira que ele não deveria mais ocupar. Aos 81 anos, a paraibana fez o melhor protesto contra a inércia do Supremo.

29 ABR 2016

29 ABR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Majoria do STF vota pela validade da atual lei dos direitos autorais

Seis dos 11 ministros julgam ações do Ecad e da UBC improcedentes

MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

A maioria dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) votou na quinta (28) pela constitucionalidade da lei que modificou o Ecad (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição) e a gestão de direitos autorais no Brasil.

O julgamento, no entanto, não foi concluído porque o ministro Marco Aurélio Mello pediu mais tempo para analisar a questão. Não há prazo para que o caso seja retomado e, até a conclusão do julgamento, os ministros podem mudar os votos.

Em discussão estão duas ações apresentadas pelo Ecad e pela UBC (União Brasileira de Compositores) que questionam a validade das alterações na Lei dos Direitos Autorais em vigor desde 2013 —entre as mudanças está a participação do governo na arrecadação e na distribuição dos valores.

De 1998 até 2013, a gestão dos direitos autorais era feita pelo Ecad, que é compos-

ta por associações que representam diversas categorias do setor. A mudança na lei, no entanto, conferiu ao governo —na prática, ao Ministério da Cultura— a atribuição de supervisionar e regular as atividades do Ecad.

Para as entidades, isso seria intervenção pública em direitos privados. O argumento, contudo, não encontrou respaldo no STF.

Relator das ações, o ministro Luiz Fux defendeu que as novas regras garantem transparência na gestão dos recursos. O ministro também afirmou que há vários elementos que indicam irregularidades no sistema anterior. “Toda a estrutura da gestão coletiva desses direitos deve privilegiar os autores e usuários, e não as associações e a própria entidade, o Ecad”, disse.

O voto de Luiz Fux foi seguido pelos ministros Luiz Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Teori Zavascki, Rosa Weber e Cármen Lúcia.

Segundo o ministro Luís Roberto Barroso, o modelo

anterior apresentava falhas.

“A lei 12.853 surge como uma tentativa de equacionar os problemas do modelo anterior de gestão coletiva dos direitos autorais, que apresentava diversas falhas. Essas falhas se encontram amplamente documentadas nos autos, tanto por decisões do Ecad, como por manifestações da CPI, como manifestações colhidas em audiências públicas”, afirmou o ministro.

Ainda faltam os votos de Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Celso de Mello e do presidente do STF, Ricardo Lewandowski —que chegou a anunciar que seguiria o relator, mas depois afirmou que aguardaria o voto-vista do ministro Marco Aurélio Mello.

No julgamento de quinta, a Advocacia-Geral da União defendeu a validade da lei e apontou que a Constituição não proíbe a fiscalização pelo Estado e que o objetivo da norma é combater práticas criminosas, que já foram alvo inclusive de uma comissão parlamentar de inquérito.

29 ABR 2016

FOLHA DE S. PAULO

SP prevê perder disputa no STF sobre dívidas

MARIANA CARNEIRO
ENVIADA ESPECIAL AO RIO

São Paulo e Goiás, 2 dos 15 Estados que ingressaram com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para mudar a correção de suas dívidas com a União, preveem derrota na corte.

Na quarta (27), o STF adiou por 60 dias o julgamento do mérito das liminares obtidas pelos Estados. A decisão temporária favorável aos Estados troca a correção das dívidas estaduais com a União de juros compostos para simples, o que reduz drasticamente o valor devido —o governo estima que poderia perder R\$ 402 bilhões.

O secretário de Fazenda de São Paulo, Renato Vilela, disse que o pleito é “polêmico” e que os demais Estados recorreram ao STF a reboque da vitória de Santa Catarina.

“Depois que o Supremo aceitou a tese de Santa Catarina, é difícil para um governo se recusar a tentar. Imagina se o outro ganha e eu não ganho?”, disse.

“Às vezes as teses polêmicas se consagram.”

A secretária da Fazenda de Goiás, Ana Carla Abrão, vai no mesmo tom. “Foi um movimento de manada.”

“Minha opinião pessoal, como economista, é que não prospera [a demanda no STF]. Até porque, ouvindo os juizes da corte, me pareceu que a tese não foi comprada por ninguém.”

29 ABR 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Novo CPC não revogou prazos de recursos junto a STF e STJ

O Novo Código de Processo Civil não revogou os prazos dos recursos perante o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, previstos na Lei 8.038/1990. Com esse entendimento, a 3ª Seção do STJ não conheceu de um agravo regimental interposto contra decisão monocrática do ministro Reynaldo Soares da Fonseca, em controvérsia de um processo de natureza penal.

No caso em debate, o agravo regimental foi protocolado no dia 11 de abril deste ano, referente a uma decisão monocrática publicada em 30 de março de 2016. Fonseca esclareceu que neste caso, o agravo teria de ser interposto até o dia 4 de abril, ou seja, cinco dias após a decisão, como prevê a Lei 8.038/1990 e também o Regimento Interno do STJ. Além da intempestividade do recurso, o ministro destacou que originalmente o processo é uma reclamação, espécie processual não destinada ao fim que a parte pretendia.

“A reclamação não pode ser manejada como substituto processual do recurso cabível e tampouco se presta a reexaminar provas existentes no feito originário que nem mesmo chegaram a ser juntadas, em sua totalidade, com a petição inicial do presente incidente”, resume o magistrado.

Os ministros destacaram que o processo serve de exemplo para todos os outros semelhantes, já que trata de uma especificidade do novo CPC.

29 ABR 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Prisões sem trânsito em julgado reduzirão provisórias, diz Barroso

A polêmica mudança de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que passou a permitir a prisão de condenados em segunda instância, antes mesmo do trânsito em julgado da ação, servirá para reduzir o número de presos provisórios. A afirmação foi feita pelo ministro Luís Roberto Barroso, do STF, durante o lançamento do Anuário da Justiça Brasil 2016, na terça-feira (26/4). Segundo Barroso, um dos motivos para que as prisões provisórias tenham atingido o patamar de 40% do total de presidiários é a morosidade do sistema. Ele diz que a prisão processual, a prisão temporária e a prisão preventiva têm sido uma forma impropriamente utilizada por juízes para antecipar a punição. Esse seria o resultado de um sistema em que o processo não chegava ao fim. "Agora, com a mudança da jurisprudência do Supremo e a possibilidade de execução das decisões em segundo grau, tenho a convicção de que as prisões processuais terão o seu número reduzido", afirmou o ministro.

Para o ministro Celso de Mello, decano do STF, a superlotação causada em parte pelas 250 mil pessoas que estão atrás das grades sem sequer terem sido julgadas em primeira instância mostra que o Estado continua a agir contra a Lei de Execução Penal, que, em seu artigo 1º, afirma que o objetivo da pena é proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado. "Com o atual depósito de presos que há no sistema penitenciário, essa é uma finalidade que simplesmente se acha subvertida e se torna inexequível", afirmou o ministro, também durante o evento.

Celso de Mello lembra que o STF reconheceu a inconstitu-

cionalidade do próprio modelo penitenciário adotado no Brasil, mas os problemas se mantiveram e são os mesmos que ele enfrentava quando era membro do Ministério Público de São Paulo, nos anos 1970. "Não houve solução, nem sequer um ensaio, uma tentativa de melhorar o sistema carcerário", reclama.

29 ABR 2016

GAZETA DO POVO

Oslíderes de que precisamos

Nesta sexta-feira, um dos episódios mais lastimáveis da história recente do Paraná completa um ano. Trata-se da batalha do Centro Cívico, na qual uma Polícia Militar que estava recebendo ordens de pessoas claramente des-preparadas para uma situação como essa atacou e feriu mais de uma centena de professores e outros servidores, por sua vez inflamados por líderes sindicais pouco afeitos ao debate democrático. Olhar para o que aconteceu nos ajuda a responder a outra pergunta: do que o Paraná mais precisa daqui em diante?

Antes de mais nada, precisa colocar um fim à impunidade. Nesse sentido, o arquivamento, em fevereiro deste ano, do Inquérito Policial-Militar que apurava o confronto foi o pior sinal possível que poderia ter sido enviado à sociedade, negando o que ficou evidente pelas imagens de fotógrafos e cinegrafistas, vistas por todo o estado: as forças policiais cometeram excessos. Varrê-los para baixo do tapete é negar à sociedade paranaense a verdade sobre as causas desses

excessos: ordens superiores; decisões irresponsáveis da parte de quem estava no local, comandando pequenos grupos de PMs; exaltação individual de policiais sem o adequado preparo psicológico; ou uma combinação de tudo isso, o que parece mais provável. Ainda existe uma ação civil pública, movida pelo Ministério Público Estadual; a responsabilização e a punição de mandantes e executores é o mínimo que se espera depois de um episódio como o de 29 de abril.

E do que mais necessitamos?

Precisamos de um governador que efetivamente governe. Alguém cujo pensamento conheçamos, que não seja uma esfinge para seus eleitores e para sua própria equipe; que comunique

Não teremos um Paraná melhor enquanto os responsáveis pelos destinos do estado não mudarem sua atitude

sem hesitação que legado sonha deixar para o Paraná e qual o plano traçado para que surja este legado; alguém que se cerque das melhores pessoas, das mais capazes para implantar este plano, em vez de adotar como conselheiros pessoas de moralidade mais que questionável ou até mesmo encenadas com a Justiça. Um governador que seja capaz de dialogar com a sociedade de forma transparente e que tenha a firmeza necessária — que não deve ser confundida com impulsividade — para agir em situações de crise, em vez de desaparecer nos episódios mais críticos. Que demonstre pleno conhecimento da situação financeira do estado e saiba que é o governo que serve às pessoas, e não o contrário. Alguém que se antecipe aos problemas em vez de ser “surpreendido” por eles. Que saiba gerir os cofres públicos com prudência, que escolha bem suas prioridades.

CONTINUA

29 ABR 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

E, se de um lado precisamos de um governador que governe e dialogue, do outro precisamos de líderes sindicais com visão honesta e compromisso com a democracia, pessoas com quem se pode negociar e em quem se pode confiar. Sindicalistas que saibam apresentar suas demandas sem criar clima de confronto, sabedores de que a democracia não se faz na marra e que o seu exercício autêntico inclui também saber perder. Líderes sindicais que saibam mobilizar seus representados na busca autêntica do que é melhor para sua classe, em vez de usá-los como massa de manobra com finalidades ideológicas ou político-partidárias. Sindicalistas que tenham apreço pelo debate e pela discussão, não por invasões e slogans fáceis; que respeitem o funcionamento das instituições democráticas.

Olhar para o passado é importante neste 29 de abril, mas ainda mais importante é olhar para o futuro. Não conseguiremos fazer um Paraná melhor enquanto os responsáveis pelos destinos do estado não assumirem seus erros e não mudarem sua atitude. É possível reverter esse quadro? Sem dúvida que sim, mas isso exigirá muito esforço. Nossos líderes estão dispostos a tal?

FERIDAS ABERTAS

Até hoje ninguém foi responsabilizado pela “Batalha do Centro Cívico”, quando PMs reprimiram com violência um protesto de servidores estaduais

*Felippe Aníbal e Diego Ribeiro,
com ilustração de Robson Vilalba*

Um ano depois da chamada “Batalha do Centro Cívico”, a sensação dos servidores públicos estaduais que estiveram na Praça Nossa Senhora de Salete no dia 29 de abril do ano passado é de que as feridas abertas no incidente ainda estão longe de cicatrizar. Apesar de 213 pessoas terem se ferido na ação, até agora, ninguém foi punido. Dois processos abertos apenas engatinham. Outro — que visava responsabilizar os comandantes da operação — foi arquivado pela Justiça Militar. O governo, por sua vez, sofre as consequências políticas provocadas pelo episódio.

Resultado de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR), um dos processos se arrasta na 5.ª Vara da Fazenda Pública, em Curitiba, mas ainda está em fase preliminar: os acusados apresentaram a defesa prévia, que ainda não foi analisada pela Justiça. O processo pede que o governador Beto Richa (PSDB), o então secretário de Segurança, Fernando Francischini (SD), e policiais militares que comandavam a operação sejam responsabilizados por improbidade administrativa.

Em razão do foro privilegiado de Richa e Francischini (que é deputado federal), a responsabilização criminal do caso foi desmembra-

da e enviada à Procuradoria-Geral da República (PGR). Documentos colhidos pelo MP-PR foram remetidos a Brasília. Até agora, a apuração da PGR não começou efetivamente, provocando protesto dos servidores.

Os processos julgam se houve omissão e abuso da força por parte do governo. “As apurações sobre as responsabilidades precisam ser feitas, porque o que ocorreu naquele dia foi um atentado ao Estado Democrático de Direito planejado pela Sesp [Secretaria de Segurança Pública], em que o governo optou pelo confronto. São feridas que não fecharam e a classe nunca vai esquecer”, diz o professor Hermes Leão, presidente da APP-Sindicato. Hoje, a categoria promove uma marcha para lembrar um ano do incidente.

Diálogo

Para o promotor Paulo Marcowicz de Lima, do MP-PR, a morosidade em dar uma resposta à sociedade contribui para que a sensação de impunidade ganhe corpo. Para ele, o caso deveria ser tratado como prioridade pela PGR. “Pela proporção de feridos e pela repercussão social que teve, nós achamos que tudo está sendo muito moroso. O desejo é que houvesse prioridade, por causa da gravidade do fato.”

CONTINUA

29 ABR 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Marcowicz integrou a equipe do Ministério Público que propôs a ação civil pública relacionada à “Batalha do Centro Cívico”. Em dois meses, o grupo tomou o depoimento de 580 pessoas, em 33 cidades do Paraná. A investigação está documentada em 25 volumes e 530 gigabytes de imagens gravadas no dia do episódio. O promotor, que estava na sede do MP-PR (a 700 metros da praça) no dia do confronto, conta o que viu.

“O barulho de bombas era uma coisa espantosa. Havia mínimos momentos em que parava. Em seguida, voltava com força. Os funcionários ficaram desesperados. Foi uma coisa de guerra mesmo”, lembra. “Para todas as vítimas, o fato de não haver o fim do processo mantém viva essa triste lembrança. É como se fosse um parêntese que não fechou.”

Prejuízo político permanece até hoje

● O 29 de abril atingiu em cheio a imagem do Palácio Iguacu. Após o incidente, o secretário de Segurança Pública, Fernando Francischini, deixou o cargo e o secretário da Educação, Fernando Xavier, foi exonerado. O comandante da Polícia Militar César Kogut foi substituído e o então chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra, perdeu força dentro do governo. Ao mesmo tempo, o governador Beto Richa (PSDB) viu sua base na Assembleia encolher de 45 para 33 deputados. Ainda hoje, o governo trabalha para minimizar o prejuízo político que o episódio causou.

Um ano depois, o governador optou por não conceder entrevista à reportagem. À época, chegou a se desculpar com os servidores, dizendo que “o mais machucado” havia sido ele. Posteriormente, criticou a mobilização, argumentando que tudo não passou de uma orquestração para causar desgaste político ao seu governo. “O que eles queriam era um confronto para gerar as cenas lamentáveis como as que aconteceram ali e me gerar esse desgaste político”, disse Richa, em dezembro de 2015.

Líder do governo na Assembleia, o deputado Luiz Cláudio Romanelli (PMDB) avalia que os dois “lados” cometeram erros, que contribuíram para que o confronto ocorresse. “O primeiro [erro] foi a radicalização do PMDB e do PT, que ‘enquadraram’ os servidores, no

sentido de promover um enfrentamento para desgastar o governo. Foi uma ação contundente desses partidos. Eles inflaram os servidores, quando a maior parte dos líderes sindicais queria negociar”, afirma. “Por outro lado, foi um erro ter um aparato policial tão excessivo. Entendo que a contenção deveria ter sido feita de forma menos agressiva.”

29 ABR 2016

GAZETA DO POVO

HERMES SILVA LEÃO

Um dia que fazemos questão de não esquecer

Há tragédias coletivas que marcam profundamente a história. Como esquecer as bombas sobre Hiroshima e Nagasaki em 1945? O golpe militar de 1964, no dia 31 de abril? Ou, ainda, o ataque às Torres Gêmeas no dia 11 de setembro de 2001? Guardadas as devidas proporções, educadores do estado do Paraná já comemoravam o dia 30 de agosto de 1988 — data em que as forças de segurança do então governador Alvaro Dias usaram a cavalaria contra trabalhadores e trabalhadoras da educação que protestavam em pleno Centro Cívico — quando, 27 anos depois, no dia 29 de abril de 2015, um novo enredo de barbárie foi engendrado no mesmo cenário. As cenas captadas pelas lentes de cinegrafistas e fotógrafos ganharam o mundo. O governo Beto Richa (PSDB) mostrava suas armas e as empunhava contra trabalhadores, estudantes e comunidade em geral.

Não há como esquecer, e não faremos esquecer, aquilo que vivenciamos há um ano. Foram mais de 400 feridos fisicamente e milhares de outros feridos moralmente, já que a indignação, a tristeza e a angústia afetaram toda a sociedade. Foi por respeito à educação, por seus educadores e estudantes e pela qualidade do serviço público, que os trabalhadores resistiram durante duas horas aos ataques de um governo que lhe faltou com o respeito.

De um lado estava a violência. Do outro, a luta por uma educação de qualidade, por melhores estruturas de ensino e valorização profissional. Naquele lado erguia-se a repressão. De cá, do lado dos trabalhadores, lutava-se pela defesa de direitos, dentre eles o direito de não mexerem na previdência custeada anos a fio por esses mesmos trabalhadores e que, infelizmente, em conluio com os deputados do camburão, conseguiu-se alterar. Do lado deles, a força bruta. Desse nosso lado, a esperança em um futuro melhor, afinal não há processo educativo que não se sustente pela ação política e esperançosa que se dá entre educadores e educandos.

A APP tem lado. E de que lado você quer estar? Estamos hoje nas ruas marchando. Uma marcha nacional que nos levará de volta ao cenário do conflito, cujas bandeiras são a defesa do Estado Democrático de Direito, contra a impunidade de autoridades responsáveis pela violência praticada pelas forças do Estado, pela manutenção de direitos trabalhistas constantemente ameaçados e pelos direitos conquistados e compromissos assumidos pelo governo Richa — como, por exemplo, o pagamento dos cerca de R\$ 180 milhões em promoções e progressões dos servidores, direitos de aposentados e contratados temporários PSS. De igual forma, aguardamos que haja justiça nos desdobramentos das operações Quadro Negro e Publicano, que apontam corrupção na Secretaria de Educação e na Receita Estadual.

Marchamos, também, para não esquecer o 29 de abril de 2015. A APP-Sindicato continuará, assim como faz no 30 de agosto, usando o termo “luto” como um substantivo, que remete à dor pelos feridos e pela maneira cruel como os servidores da educação foram tratados nesse dia. Mas também usará o termo “luta” enquanto verbo, para levar à frente as ações em defesa dos direitos dos trabalhadores e em busca de uma educação pública de qualidade.

Erguidos das tragédias, fazemos memória e seguimos em frente, mobilizados, porque não há outra condição à classe trabalhadora no avanço e manutenção de direitos a não ser a força na luta.

Hermes Silva Leão é presidente da APP-Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná.

29 ABR 2016

GAZETA DO POVO

STF precisa discutir se Cunha pode substituir Dilma e Temer, diz Teori



Ministro Teori Zavascki diz que levará o caso de Eduardo Cunha ao plenário do Supremo.

Com eventual afastamento de Dilma, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, será o primeiro na linha sucessória de Temer

BRASÍLIA
Folhapress

● O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki afirmou ontem que vai levar para discussão do plenário a tese de que o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), precisa se afastar do cargo por estar na linha sucessória da Presidência da República, uma vez que é réu na Lava Jato.

Esse debate vai ocorrer em conjunto com o pedido de afastamento de Cunha do comando da Câmara, que foi apresentado no final do ano passado pela Procuradoria-Geral da República.

Pela Constituição, Cunha é o segundo na linha sucessória da Presidência, em caso de afastamento ou ausência da presidente Dilma Rousseff. O primeiro é o vice, Michel Temer.

Alei, no entanto, diz que o presidente da República não pode exercer o cargo caso seja alvo de denúncia no STF.

Com a proximidade da análise do afastamento de Dilma pelo Senado, juristas têm defendido que essa tese precisa ser tratada pelo STF na discussão sobre o pedido da Procuradoria contra Cunha.

“Esse assunto que precisa

ser examinado. Eu vou levar [ao plenário]”, disse Teori.

Recentemente, o ministro Gilmar Mendes também considerou plausível a discussão sobre o argumento de que o presidente da Câmara tenha de se afastar do cargo por estar na linha sucessória da Presidência.

Questionado se o fato de Cunha ter sido transformado em réu influencia para a decisão sobre a saída do cargo, Teori desconversou e disse que muitos parlamentares também respondem a ações penais no Supremo. “Tem muitos deputados que são réus aqui”, respondeu.

Relator da Lava Jato, o ministro Teori não deu prazo para liberar para julgamento a saída de Cunha do cargo e disse que continua “examinando” o caso.

29 ABR 2016

GAZETA DO POVO

Câmara aprova urgência para votar reajuste do Judiciário

● A Câmara dos Deputados poderá votar na semana que vem o projeto que reajusta o salário dos servidores do Poder Judiciário. Os deputados aprovaram ontem, por 277 votos a 4, a urgência do projeto, uma das “pautas-bomba” que o governo tinha conseguido segurar, que aumenta o salário da categoria entre 16,5% e 41,7% de forma escalonada. O projeto terá impacto de R\$ 1,1 bilhão no Orçamento de 2016.

Pelo texto, o aumento a ser concedido será escalonado e pago em oito parcelas, de janeiro de 2016 a julho de 2019. Líderes de diversos partidos se reuniram recentemente com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, e deram apoio à proposta. Na justificativa de seu projeto, o STF diz que as carreiras de nível superior dos Poderes Legislativo e Executivo têm remuneração variando de R\$ 14,2 mil e R\$ 26 mil, para os níveis inicial e final. E que a remuneração de um Analista Judiciário está defasada, atualmente entre R\$ 8,8 mil e R\$ 13,2 mil.

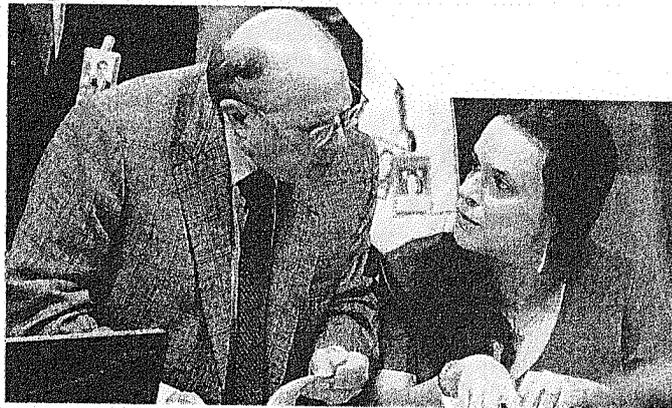
No ano passado, um veto da presidente Dilma impediu aumentos nas faixas de 53% a 78% para as várias carreiras do Judiciário.

29 ABR 2016

GAZETA DO POVO

Impeachment é luta contra a “ditadura da propina”, diz jurista

Um dos autores da ação de impedimento da presidente Dilma, Miguel Reale Júnior reafirma que ela cometeu crime de responsabilidade



Miguel Reale e Janaina Paschoal depuseram na comissão especial.

BRASÍLIA

Estadão Conteúdo

● Em sessão marcada por discussões, os professores de Direito Miguel Reale Jr. e Janaina Paschoal reiteraram ontem, aos senadores da Comissão Especial do Impeachment no Senado, a ocorrência de crime de responsabilidade por parte da presidente Dilma Rousseff, mas também fizeram acusações além da denúncia aprovada pela Câmara, da qual são autores.

Reale disse que o processo é contra uma “ditadura da

propina”. Aliados de Dilma reclamaram do tom “político” das falas.

Ao abrir o discurso, Reale criticou a postura do deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ), que homenageou o falecido coronel Carlos Brilhante Ustra na votação do impeachment na Câmara. “Lamento que este pedido de impeachment tenha servido de oportunidade para que se homenageasse um torturador”, afirmou. “Este pedido de impeachment vi-

sa a liberdade. Porque há dois tipos de ditadura: a ditadura explícita dos fuzis e a ditadura insidiosa da propina ou da irresponsabilidade pelo gosto do poder. E é contra esta ditadura que nós estamos lutando.” Reale disse haver “muita clareza” na responsabilidade de Dilma na edição de decretos orçamentários. “Nunca vi um crime com tanta impressão digital”, afirmou.

Objeto do processo

Janaina Paschoal defendeu que o Senado deve analisar a denúncia toda no processo de impeachment e não apenas as pedaladas de 2015 e os decretos suplementares daquele mesmo ano. Ela defendeu que temas como a Operação Lava Jato e as pedaladas fiscais de anos anteriores também sejam objeto do processo. Ela ressaltou que das 65 páginas da denúncia, 15 tratam de denúncias de corrupção investigadas na Lava Jato. Disse que há um tripé nas acusações entre o petrolão, as pedaladas fiscais e os decretos de crédito suplementar.

29 ABR 2016

GAZETA DO POVO

STF tem maioria para manter validade da Lei dos Direitos Autorais

• O Supremo Tribunal Federal (STF) formou ontem maioria para rejeitar duas ações que questionavam a validade da Lei dos Direitos Autorais, que definiu regras para realizar cobranças, arrecadações e distribuição de recursos provenientes dos direitos autorais de obras musicais. Um pedido de vista, do ministro Marco Aurélio Mello, no entanto, suspendeu o julgamento.

As ações, propostas pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição dos Direitos Autorais (Ecad) e seis entidades ligadas a músicos que compõem o órgão, apontavam que a lei era inadmissível porque admitia controle excessivo do Ministério da Cultura (MinC) sobre direitos privados.

VOTOS

Os ministros Edson Fachin, Roberto Barroso, Teori Zavascki, Rosa Weber e Cármen Lúcia acompanharam o voto do relator, Luiz Fux, somando os seis votos da maioria necessária para manter a validade da Lei. Estavam ausentes os ministros Celso de Mello, Dias Toffoli e Gilmar Mendes.

Supremo envia delação de Delcídio para CNJ avaliar investigação contra ministro do STJ

• O ministro do STF Teori Zavascki autorizou o compartilhamento de delações da Operação Lava Jato com a Corregedoria Nacional de Justiça, que vai avaliar se abre procedimento administrativo contra o ministro do STJ Marcelo Navarro Ribeiro Dantas. Ele foi implicado pelo senador Delcídio do Amaral em delação premiada e também por seu ex-chefe de gabinete. Segundo Delcídio, Ribeiro Dantas foi indicado para o STJ em uma estratégia do governo para garantir a soltura de empreiteiros. O ministro se manifestou a favor da liberação de executivos da Andrade Gutierrez.

COLUNA DO LETTOR

Tribunais internacionais

Apejar a tribunais internacionais é fazer pouco caso das instituições brasileiras. É colocar sob suspeita os atos praticados até agora por essas mesmas instituições. A Constituição estabelece as regras do impeachment e o seus ditames foram, até o momento, integralmente seguidos, inclusive com o aval do STF.

Luís Bacchi Cirino

29 ABR 2016

FOLHA DE LONDRINA

TRAUMA PARANAENSE

Um ano depois, cicatrizes do 29 de abril seguem abertas

Mobilização em Curitiba vai lembrar a ação da PM durante protesto de servidores públicos no Centro Cívico que resultou em pelo menos 200 feridos. Sindicatos alegam que reivindicações de funcionários do Estado estão paradas, enquanto governo diz que tem mantido diálogo permanente e fala em viés partidário da APP. Ação civil pública ainda tramita no TJ; Inquérito Policial Militar foi arquivado. Quem esteve lá não se esquece daquele dia. “Fomos feridos na carne e na alma”, diz a professora Margarete Bellini

29 ABR 2016

FOLHA DE LONDRINA

Ato marca um ano do massacre do Centro Cívico

No dia 29 de abril de 2015, pelo menos 200 professores ficaram feridos durante protesto em Curitiba

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba – Há exatos 12 meses, a Polícia Militar (PM) reprimia com violência um protesto de mais de 30 mil servidores públicos, a maioria professores, contrários à polêmica reforma na Parana Previdência. A “Batalha do Centro Cívico”, ou “massacre”, como as vítimas preferem chamar, ocorreu no mesmo momento em que, na Assembleia Legislativa (AL), os deputados estaduais aprovavam o projeto de lei encaminhado pelo governador Beto Richa (PSDB), transferindo beneficiários com 73 anos ou mais do Fundo Financeiro, bancado pelo Executivo, para o Previdenciário, que é abastecido pelas contribuições dos próprios trabalhadores. Pelo menos 200 pessoas ficaram feridas, atingidas por balas de borracha, spray de pimenta, gás lacrimogêneo e até mordidas de cães da raça pit-bull.

Como forma de lembrar a data, entidades integrantes do “Fórum de Lutas 29 de abril”, como o Sindicato dos Trabalhadores em

Educação Pública (APP-Sindicato), Sindicato dos Trabalhadores da Saúde Pública (SindSaúde) e Central Única dos Trabalhadores (CUT), realizam uma mobilização unificada hoje em Curitiba. A ideia é que os moradores do interior, incluindo os das principais cidades, como Londrina, Maringá e Cascavel, viajem em ônibus e caravanas, uma vez que os docentes pretendem paralisar as atividades nos 2,1 mil colégios e nas universidades estaduais. A concentração acontece a partir das 8h30, em dois locais distintos: na Praça Santos Andrade e na Praça Rui Barbosa, ambas no centro. De lá, os participantes sairão em caminhada até a Praça Tiradentes e, na sequência, em direção aos arredores da AL e do Palácio Iguaçu, na Praça Nossa Senhora de Salete.

“É um dia de luto para nós, mas também um dia de luta. Faremos uma caminhada reivindicatória, para que o governo do Estado atenda reivindicações de todos os servidores públicos, que estão paradas. O governo não tem atendido

as pautas das diversas categorias”, resumiu a secretária de finanças da APP, Marlei Fernandes, que é também membro do Fórum de Entidades Sindicais (FES). Como pendências, ela citou a falta de concursos públicos e atrasos em pagamentos de progressões e promoções da carreira. “Às 14h40, no horário em que nós tivemos o avanço dos policiais sobre os trabalhadores e a população que estava aqui, faremos um ato político e público em memória desse dia, e dando continuidade à nossa luta”, completou. No mesmo local, às 15 horas, haverá um show com a banda Detonautas, do vocalista Tico Santa Cruz.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

29 ABR 2016

“Na verdade, o que a gente tem observado nesse governo é um total desrespeito às categorias, às entidades. Nós tivemos alguns avanços, especificamente a data-base no ano passado, fruto de todo aquele enfrentamento, mas de lá para cá, não houve avanço em praticamente nada”, relatou o secretário do Sindicato dos Servidores da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins (Sindiseab), Donizetti Aparecido Rosa da Silva. Diretora do SindSaúde, Elaine Rodella tem a mesma opinião. De acordo com ela, por conta da aprovação da mensagem em 2015, os aposentados do Executivo – que estão no Fundo Financeiro – totalizaram uma contribuição de mais de R\$ 6 milhões. Já os pensionistas teriam contribuído com quase R\$ 1,5 milhão. “O governo armou todo um contexto para aprovar a lei aqui e, com isso, violentou os nossos direitos.”

Em nota, o chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni (PSDB), afirmou que a gestão tucana tem mantido diálogo permanente com as entidades sindicais, graças ao ajuste fiscal feito no ano passado. “Enquanto outros Estados não pagaram os salários, parcelaram, como é o caso de Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais, o Paraná está, com muita prudência, tratando a questão dos servidores públicos com muito esforço para atendê-los.” Ele lamentou ainda o que chamou de viés partidário da APP. “O sindicato está mais a serviço do PT nacional do que dos professores do Paraná. Eles despendem mais esforço para as causas do partido do que às causas dos professores.”

29 ABR 2016

FOLHA DE LONDRINA

Aprovada urgência a reajuste do Judiciário

Igor Gadelha
Agência Estado

Brasília - Após acordo entre a maioria dos líderes partidários com a presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), a Câmara dos Deputados aprovou ontem a urgência do projeto de Lei que reajusta em até 41% os salários dos servidores do poder Judiciário Federal. A urgência foi aprovada por 277 votos a 4. Agora, o projeto não precisa mais passar por comissões permanentes da Casa e terá prioridade para ser votado pelos deputados em plenário, embora não haja prazo para essa votação. O projeto que será votado pela Câmara e Senado foi negociado entre o Ministério do Planejamento e o STF em agosto do ano passado, como alternativa ao aumento de até 78% vetado pela presidente Dilma Rousseff. A nova proposta enviada após o acordo prevê que os salários dos funcionários do Judiciário Federal serão reajustados individualmente entre 16,5% e 41,47%. O maior percentual deverá ser pago a servidores que ingressaram nos últimos anos na carreira, não possuem incorporações e recebem salários menores. O impacto previsto com o reajuste dos salários e gratificações é de cerca de R\$ 1,4 bilhão só para este ano. Os montantes já constam na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016 aprovada pelos deputados e senadores.

29 ABR 2016

FOLHA DE LONDRINA

Cargo público não é para benefício próprio

Loriane Comeli

Reportagem Local

Começou ontem, com aula magna do ex-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Ophir Cavalcante Júnior, o segundo curso de Formação Política promovido pela subseção local da OAB, Arquidiocese de Londrina, Observatório de Gestão Pública, Ministério Público e Justiça Eleitoral.

Cavalcante Júnior fez um alerta a quem deseja exercer cargo público eletivo: “Os políticos são instrumentos da sociedade, do povo que os elegeu; não devem ir para lá com o espírito de enriquecer, de utilizar a coisa pública para benefício próprio, pois, isso pode acarretar consequências na vida deles, consequências penais, administrativas, de ordem civil, que podem até passar à condição de condenados”.

O advogado, que presidiu o Conselho Federal da OAB entre 2010 e 2012, lembrou que nos últimos anos os chamados crimes do colarinho branco têm sido punidos e o Judiciário tem agido de maneira mais célere. “A Justiça, durante muito tempo, deu prevalência à forma em detrimento do conteúdo, e, em razão disso, muitos processos foram anulados, tiveram de recomeçar e acabaram prescrevendo. E, nestes casos, as pessoas acabam, entre aspas, sendo absolvidas”, avaliou. “É preciso que a Justiça seja mais célere e hoje a Justiça brasileira

começa a apontar neste sentido e as pessoas começam a pensar duas vezes antes de praticar um ilícito.”

O jurista defende ainda que o Estado brasileiro encontre formas mais efetivas de ressarcimento do erário. “O ditado popular diz que o bolso é a parte que mais dói. Então, o Estado precisa ser mais efetivo no sentido de cobrar multas, indenizações por conta de desvios, que acabam prejudicando saúde, segurança, educação e a grande massa das pessoas que precisam do Estado para suprir suas necessidades.”

Destinado especialmente a quem pretende se candidatar a vereador ou a prefeito em Londrina e nas cidades da região, mas também a lideranças comunitárias e pessoas que trabalham na esfera pública, o curso vai oferecer noções jurídicas relevantes. O programa inclui temas como sistema constitucional (Constituição Federal, Estadual e Lei Orgânica Municipal); legislação municipal; direitos fundamentais; políticas públicas; finanças públicas; bens públicos e prestação de serviços públicos; noções de direito eleitoral; responsabilidade dos prefeitos e vereadores; e transparência e controle social.

A coordenação aceitará inscrições até a segunda aula, a ser realizada na próxima semana. Em regra, o curso terá duas aulas semanais, à noite. As inscrições custam R\$ 150 e podem ser feitas na OAB Londrina.

29 ABR 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

STF e Eduardo Cunha

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki afirmou ontem que vai levar para discussão do plenário a tese de que o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), precisa se afastar do cargo por estar na linha sucessória da Presidência da República, uma vez que ele foi transformado em réu na Lava Jato. Esse debate vai ocorrer em conjunto com o pedido de afastamento de Cunha do comando da Câmara, que foi apresentado no final do ano passado pela Procuradoria-Geral da República.

Terceiro na linha sucessória

Pela Constituição, Cunha é o terceiro na linha sucessória da Presidência, substituindo a presidente Dilma Rousseff e o vice, Michel Temer, em caso de afastamento ou ausência dos dois. A lei, no entanto, diz que o presidente da República não pode exercer o cargo caso seja alvo de denúncia no STF.

Com a proximidade da análise do afastamento de Dilma pelo Senado no processo de impeachment, juristas têm defendido que essa tese precisa ser tratada pelo Supremo na discussão sobre o pedido da Procuradoria contra Cunha.

“Esse assunto que precisa ser examinado. Eu vou levar [ao plenário]”, disse o ministro.

MAZZA

TRT para

Mexidas no orçamento, em meio à grave crise econômica retroalimentada pela de natureza política, botam várias dependências do governo da União sob ameaça de paralisação. Dentre elas o nosso Tribunal Regional do Trabalho que prospecta, por falta de verbas de custeio, uma parada radical ainda em outubro.

29 ABR 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

REAJUSTE URGENTE?

Aumento de salário pra Judiciário Federal pode causar impacto de R\$ 1,4 bilhão ao país

Após acordo entre a maioria dos líderes partidários com a presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), a Câmara dos Deputados aprovou ontem a urgência do projeto de lei que reajusta em até 41% os salários dos servidores do poder Judiciário Federal. A urgência foi aprovada por 277 votos a 4. Houve duas abstenções. A partir de agora, o projeto não precisa mais passar por comissões permanentes da Casa e terá prioridade para ser votado pelos deputados em plenário, embora não haja prazo para essa votação.

O projeto, que será votado pela Câmara e Senado, foi negociado entre o Ministério do Planejamento e o STF em agosto do ano passado, como alternativa ao aumento de até 78% vetado pela presidente Dilma Rousseff. A nova proposta enviada após o acordo prevê que os salários dos funcionários do Judiciário Federal serão reajustados individualmente entre 16,5% e 41,47%. O maior percentual deverá ser pago a servidores que ingressaram nos últimos anos na carreira, não possuem incorporações e recebem salários menores.

ROMBO NO ORÇAMENTO

O reajuste de até 41% será concedido por meio de aumentos percentuais sobre os salários mensais e por meio de Gratificação Judiciária (GAJ) incidente sobre o vencimento básico. Os percentuais deverão ser distribuído em oito parcelas semestrais ao longo de quatro anos. O impacto previsto com o reajuste dos salários e gratificações é de cerca de R\$ 1,4 bilhão só para este ano. Os montantes já constam na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016 aprovada pelos deputados e senadores. A estratégia de líderes partidários que votaram a favor do impeachment da presidente Dilma na Câmara é evitar que projetos que elevem gastos federais sejam votados até que o vice-presidente Michel Temer assumira, em caso de afastamento de Dilma. A votação da urgência do projeto de reajuste dos servidores do Judiciário Federal provocou pressão de outras categorias. Integrantes do Ministério Público (MP), Tribunal de Contas da União (TCU), Defensoria Pública da União (DPU), Senado e Câmara passaram a pressionar pela votação da urgência dos reajustes de seus salários.

29 ABR 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

VICE?

○ ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse que o plenário da Corte vai analisar se o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, poderá assumir a linha sucessória da Presidência da República, caso aconteça um eventual afastamento da presidente Dilma Rousseff, por meio do processo de impeachment, que corre no Senado. Zavascki é relator do pedido feito pela Procuradoria-Geral da República, em dezembro do ano passado, para afastar Cunha do cargo de presidente da Câmara, o terceiro posto abaixo da presidente.

29 ABR 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

VIOLÊNCIA SEM CULPA?

Após um ano, ninguém recebeu punição por confronto entre professores e policiais

Giselle Ulbrich
giselleu@tribunadoparana.com.br

Um ano se passou do confronto entre professores e policiais militares, no Centro Cívico, e ninguém foi punido pela barbárie contra os educadores. Alguns processos foram arquivados pela Justiça, outros ainda estão em fase inicial de tramitação. Já da parte dos professores, os avanços conseguidos com as manifestações e a greve de 73 dias foram poucos, mas comemorados pela categoria.

Hermes Leão, presidente da APP Sindicato - entidade que coordenou as negociações e mobilização dos professores - diz que a categoria continua indignada pela violência que sofreu e pela impunidade, já que nenhuma das autoridades responsáveis por colocar os policiais militares para cima dos manifestantes foi punida.

O sindicalista diz que a categoria está chateada com o governador pois, segundo ele, Beto Richa teve quatro comportamentos distintos. "Num primeiro momento, ele culpou os manifestantes pela confusão.

Depois, por causa da comoção pública, ele mudou o discurso e reconheceu que houve abuso de força da PM. Num terceiro momento, pediu perdão pelo que houve. Mas passado algum tempo, ele esqueceu o pedido de perdão e retomou o grau de agressividade contra os manifestantes", lamentou Leão.

GANHOS

Apesar de tudo o que sofreram, os professores tiveram alguns ganhos. Conseguiram zerar a inflação dos salários e, no ano que vem, terão anualmente a reposição da inflação mais 1%. O governador assumiu compromisso de pagar as promoções e progressões de salários dos professores. Estas progressões já deveriam ter sido pagas há meses. Mas o governo alega ainda estar com dificuldades financeiras e uma dívida de R\$ 150 milhões e, por isto, ainda não pagou. Mesmo assim, os professores já acham uma vitória o governador assumir que está devendo e que terá que honrar este compromisso.

CONTINUA

Pilhas de processos

De acordo com o advogado da APP Sindicato, Agnaldo Ferreira dos Santos, o Inquérito Policial Militar que tramitava na Vara de Justiça Militar foi arquivado. O juiz entendeu que não houve crime de cunho militar, mas reconheceu que houve excessos da polícia, fatos que deveriam ser reclamados na Justiça comum, não na militar.

Além disto, quem figurava como réu do processo eram os soldados que participaram do confronto. No entender do magistrado, não são os soldados que devem ser responsabilizados, pois apenas cumpriram ordens, e sim as autoridades que autorizaram e comandaram o confronto. Também considerou que não houve crime militar



pois, utilizando técnicas adequadas e não letais, os policiais cumpriram de forma satisfatória a ordem judicial, que determinava que a Polícia Militar não deveria deixar nenhum dos manifestantes entrarem na Assembleia Legislativa e a votação lá dentro fosse garantida com tranquilidade. Além disto, diz o juiz, há indícios de que não foram os policiais que iniciaram as agressões.

Ação

Outra ação coletiva, proposta pela APP Sindicato, também foi extinta. Solicitava danos morais e materiais para os 197 servidores que foram feridos pelos policiais e registraram boletim de ocorrência.

O juiz entendeu que cada pessoa sofreu danos de tipos e intensidades diferentes. Por isto, cada um deveria ingressar com uma ação individual e não cabe uma decisão coletiva, igual para todos.

A APP está auxiliando os servidores e já deu entrada em mais de 140 ações. Alguns servidores não entraram com a ação porque ainda não conseguiram reunir alguns documentos necessários. (GU)

AÇÕES NA JUSTIÇA

01 - Inquérito Policial Militar

Onde: Vara de Justiça Militar

Quem: APP Sindicato propôs contra a Polícia Militar

Objetivo: apurar crimes militares cometidos pelos policiais (emprego abusivo da força e lesões corporais)

Status: Arquivado. Juiz entendeu que não houve crime militar, pois PM conseguiu cumprir ordem judicial de que Alep não fosse invadida. Também verificou que na ação estavam sendo responsabilizadas as pessoas erradas (os soldados, ao invés dos comandantes).

02 - Ação civil pública

Onde: 1.ª Vara de Fazenda Pública

Quem: APP Sindicato propôs contra o Estado

Objetivo: danos morais para os feridos no confronto

Status: Extinta. Juiz entendeu que danos morais devem ser analisados individualmente, e não se determinar um valor igual a cada um da coletividade, pois os danos foram diferentes para cada um.

03 - Ação civil pública

Onde: 5.ª Vara de Fazenda Pública (começou na 3.ª Vara)

Quem: Ministério Público Estadual propôs contra o Estado

Objetivo: improbidade administrativa contra o governador Beto Richa, o ex-secretário de segurança Fernando Francis-

chini, o ex-comandante da PM Cesar Vinicius Kogut e seu subcomandante, Nerino Mariano de Brito, e o coronel Arildo Luís Dias, que seria o comandante da operação, e o coronel Hudson Leônico Teixeira, comandante do Batalhão de Choque

Status: em andamento, na fase inicial de oitivas.

04 - Ação civil pública indenizatória por dano moral

Onde: 5.ª Vara de Fazenda Pública

Quem: Defensoria Pública do Paraná propôs contra Estado

Objetivo: cobrar uma indenização coletiva por danos morais, no valor de R\$ 5 milhões, e exigir que a Polícia Militar regulamente sua atuação em manifestações públicas, sem o uso de balas de borracha, bombas de gás e outros artifícios.

Status: em andamento, na fase inicial.

05 - Ação indenizatória por danos morais e materiais

Onde: 5.ª Vara da Fazenda Pública

Quem: o cinegrafista Jesus Luiz Carlos, da TV Bandeirantes, que foi mordido na perna por um cão da PM na rampa da Alep

Objetivo: conseguir reparar os danos morais e custos com tratamento médico

Status: em andamento, na fase inicial.

29 ABR 2016

BEMPARANÁ

Corte de verbas pode parar Justiça do Trabalho no PR

O Tribunal da Justiça do Trabalho do Paraná (TRT-PR) poderá parar em outubro. O alerta foi feito pelo presidente do TRT-PR, desembargador Arnor Lima Neto, em função da falta de dinheiro para o custeio de itens básicos, como energia elétrica, telefonia, serviços postais e materiais de expediente.

As restrições orçamentárias no âmbito TRT-PR, de 27,85% nas verbas de custeio e 90% nas obras e investimentos, foram impostas pela Lei Orçamentária Anual por iniciativa do deputado federal paranaense Ricardo Barros (PP-PR), relator-geral do orçamento da União em 2016, segundo informações divulgadas pelo TRT.

"Se não houver um aporte urgente de recursos, haverá necessariamente a interrupção dos serviços. Não nos resta alternativa", alerta Neto. Antes, como medidas paliativas, o presidente afirma que o Tribunal deverá reduzir os dias de atendimento durante a semana e será obrigado a adotar cortes de grande impacto social, em contratos de estagiários e terceirizados.

Desde o anúncio das restrições do orçamento, de acordo com as informações do TRT do Paraná, foram tomadas uma série de medidas para tentar garantir a manutenção dos serviços, com o mínimo de prejuízo no atendimento à população. Novas obras foram suspensas, houve mudança no horário de funcionamento (para economizar energia elétrica), redução de jornada e bolsa dos estagiários, corte de contratos com terceirizados, limitação de diárias, redução

de investimentos em capacitação, cancelamento de compras de materiais de consumo e interrupção do programa para jovens aprendizes, entre outras medidas.

Mas ainda assim, faltam R\$ 8,87 milhões para garantir que as 97 Varas do Trabalho distribuídas pelo Paraná e a sede do TRT-PR, em Curitiba, continuem funcionando até 31 de dezembro de 2016. Sem esses recursos, o TRT-PR só conseguirá custear suas atividades até outubro. Por conta disso, a nomeação dos aprovados em concurso realizado no final de 2015 não foi realizada. No momento, há 40 vagas abertas para servidores, três para juízes e uma para desembargador. Além disso, outros 121 servidores e 24 magistrados já cumpriram tempo de serviço suficiente para pedir a aposentadoria.

CORTE

**R\$ 8,87
milhões**

faltam para garantir o funcionamento das 97 Varas de Trabalho distribuídas pelo Paraná

29 ABR 2016

BEMPARANÁ

STF decidirá se Cunha pode assumir Presidência

Presidente da Câmara responde várias ações de corrupção

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse ontem (28) que o plenário da Corte vai analisar se o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, poderá assumir a linha sucessória da Presidência da República no caso de eventual afastamento da presidente Dilma, por meio do processo de impeachment. Zavascki é relator do pedido feito pela Procuradoria-Geral da República, em dezembro do ano passado, para afastar Cunha do cargo.

Caso o Senado aprove a admissibilidade do impeachment e, consequentemente, o afastamento de Dilma do cargo por 180 dias, Michel Temer, atual vice-presidente, assumiria o cargo e Cunha seria o primeiro na linha sucessória, exercendo na prática as atividades de vice. ●

Reajuste do Judiciário

A primeira das três urgências acordadas para serem votadas ontem (28) pela Câmara dos Deputados foi aprovada por 277 votos a favor e 4 contra. O regime acelera a tramitação do Projeto que aumenta em cerca de 41,47% os salários dos servidores do Judiciário da União, de forma escalonada, em oito parcelas, mas não garante uma data para ser votado.

STF forma maioria para manter validade da Lei dos Direitos Autorais

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou ontem maioria para rejeitar duas ações que questionavam a validade da Lei dos Direitos Autorais, que definiu regras para realizar cobranças, arrecadações e distribuição de recursos provenientes dos direitos autorais de obras musicais. Um pedido de vista, do ministro Marco Aurélio Mello, no entanto, suspendeu o julgamento. As ações, propostas pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição dos Direitos Autorais (Ecad) e seis entidades ligadas a músicos que compõem o órgão, apontavam que a lei era inadmissível porque admitia controle excessivo do Ministério da Cultura (MinC) sobre direitos privados.

